

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS-SP

PROFESSOR ADJUNTO I

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Conhecimentos Gerais – Núcleo Comum
- ✓ Conhecimentos Gerais Contextualizados ao Cargo de Professor Adjunto I
- ✓ Conhecimentos Específicos – Professor Adjunto I
- ✓ Legislação Municipal e Documentos da Rede Municipal de Ensino de Santos
- ✓ Legislação e Documentos Normativos (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL nº 79/2026 – SEPLA-RH



Prefeitura Municipal de Santos - SP

Professor Adjunto I

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo Professor Adjunto I de acordo com o Edital nº 79/2026 – SEPLA-RH, do Nome Completo da Instituição – sigla.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca IBAM, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Legislação e Documentos Normativos disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
CONTEÚDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS	11
Comunicados	13
Instrucionais	14
IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, FINALIDADE, IDEIA CENTRAL, INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS	14
RELAÇÕES ENTRE PARTES DO TEXTO E EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS EM SITUAÇÕES COMUNICATIVAS	17
PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM TEXTOS VERBAIS E MULTIMODAIS.....	20
CONTEXTO, INTERLOCUTORES, FINALIDADE, PONTO DE VISTA, ARGUMENTOS E INFERÊNCIAS	20
ADEQUAÇÃO VOCABULAR	22
COESÃO, COERÊNCIA E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL EM SITUAÇÕES DE LEITURA E REESCRITA, COM ATENÇÃO À CLAREZA, À PROGRESSÃO DAS IDEIAS, À ARTICULAÇÃO ENTRE FRASES E PARÁGRAFOS E À MANUTENÇÃO DO SENTIDO ORIGINAL	23
Uso de Pronomes.....	24
Paralelismo.....	27
EMPREGO DA NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SITUAÇÕES FORMAIS DE COMUNICAÇÃO, SEMPRE EM ABORDAGEM APLICADA AO TEXTO	28
REGÊNCIA	38
CONCORDÂNCIA	40
TEMPOS VERBAIS	47
COLOCAÇÃO PRONOMINAL	48
CRASE.....	48
PONTUAÇÃO	50
ORTOGRAFIA OFICIAL	54
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	55
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA – ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO CONTEXTO.....	56
DIFERENÇAS ENTRE ORALIDADE E ESCRITA, LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL E ESCOLHAS LINGUÍSTICAS ADEQUADAS À ATUAÇÃO DOCENTE E INSTITUCIONAL.....	59
GÊNEROS TEXTUAIS PRESENTES NO COTIDIANO ESCOLAR E ADMINISTRATIVO – ORIENTAÇÕES	60

REGISTROS E RELATÓRIOS	61
TEXTOS INFORMATIVOS	61
PEDAGÓGICOS.....	61
NORMATIVOS	62
REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS, COM FOCO EM CLAREZA, CORREÇÃO GRAMATICAL, CONCISÃO, COERÊNCIA, E ADEQUAÇÃO À NORMA-PADRÃO	62
SUBSTITUIÇÃO VOCABULAR	62
 CONHECIMENTOS GERAIS – NÚCLEO COMUM	 79
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	79
FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA	83
DIREITO À EDUCAÇÃO.....	85
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA, APRENDIZAGEM E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES	88
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS.....	91
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PERTINENTE À EDUCAÇÃO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTOS	92
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E CURRÍCULO SANTISTA	92
DIREITOS DE APRENDIZAGEM, CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E ARTICULAÇÃO ENTRE CURRÍCULO, PLANEJAMENTO, ENSINO E AVALIAÇÃO	92
COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	92
HABILIDADES.....	94
PROGRESSÃO CURRICULAR	100
USO CRÍTICO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	101
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E DEMAIS MODALIDADES DE ENSINO.....	108
FINALIDADES, TRANSIÇÕES ESCOLARES E GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM	108
PRINCÍPIOS.....	108
ETAPAS.....	109
DIDÁTICA	111

■ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	112
■ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E PLANEJAMENTO ANUAL	114
■ SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS	117
■ METODOLOGIAS ATIVAS	117
INVESTIGAÇÃO, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, INTERDISCIPLINARIDADE, CONTEXTUALIZAÇÃO E PRÁTICAS COLABORATIVAS	117
Projetos.....	118
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA, FORMATIVA E SOMATIVA, INSTRUMENTOS E REGISTROS, ACOMPANHAMENTO DO PERCURSO DOS ESTUDANTES, DEVOLUTIVA PEDAGÓGICA, RECUPERAÇÃO CONTÍNUA, RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS E REPLANEJAMENTO	119
■ LETRAMENTOS, MULTILETRAMENTOS E LINGUAGEM MULTIMODAL	119
■ NUMERAMENTO	120
■ CULTURA DIGITAL.....	121
■ PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA, ORALIDADE E ESCUTA, ANÁLISE LINGUÍSTICA E RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	126
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA	126
■ DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	128
■ ACESSIBILIDADE.....	135
■ DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	136
■ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	137
■ ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS	140
■ TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	143
■ TRABALHO COLABORATIVO E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS	144
■ DIVERSIDADE, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS – TERRITORIALIDADES E VULNERABILIDADES SOCIAIS.....	148
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	152
GÊNERO	152
■ CULTURA DE PAZ – PREVENÇÃO AO BULLYING E ENFRENTAMENTO DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES.....	153
■ GESTÃO DA SALA DE AULA E CONVIVÊNCIA ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO DE TEMPOS, ESPAÇOS E AGRUPAMENTOS	154

■ RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.....	154
■ MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, VÍNCULO PEDAGÓGICO E ESCUTA ATIVA	155
■ PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES	156
■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	157
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA	159
■ TRABALHO COLETIVO DOCENTE.....	161
■ ÉTICA PROFISSIONAL.....	163
Responsabilidade do Servidor Público.....	163
PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	164
SIGILO.....	165
REGISTRO PEDAGÓGICO	165
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	166
ATUAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS	167
CONHECIMENTOS GERAIS CONTEXTUALIZADOS AO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO I.....	173
■ EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	173
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA.....	173
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	174
APRENDIZAGEM.....	178
LUDICIDADE, INTERAÇÕES, BRINCADEIRAS, EXPERIÊNCIAS, ACOLHIMENTO E ORGANIZAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ADEQUADAS ÀS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS.....	184
■ INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	185
ORGANIZAÇÃO DE TEMPOS, ESPAÇOS, MATERIAIS, ROTINAS E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS QUE FAVOREÇAM AUTONOMIA, CONVIVÊNCIA, EXPRESSÃO, INVESTIGAÇÃO, IMAGINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS.....	185
■ CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NO CURRÍCULO SANTISTA	189
■ TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	192
CONTINUIDADE DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM, ACOLHIMENTO, ADAPTAÇÃO, ARTICULAÇÃO ENTRE ETAPAS E RESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES DA INFÂNCIA	192
■ ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E NUMERAMENTO NOS ANOS INICIAIS.....	194

PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA.....	194
ORALIDADE E ESCUTA	196
ANÁLISE LINGÜÍSTICA	197
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E CONSTRUÇÃO PROGRESSIVA DE CONHECIMENTOS.....	198
NUMERAMENTO	198
DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, DA ESCRITA E DO PENSAMENTO MATEMÁTICO NOS ANOS INICIAIS.....	200
PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS.....	203
REGISTROS, SONDAGENS E RECUPERAÇÃO CONTÍNUA	205
RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	206
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CICLO INICIAL.....	208
ATUAÇÃO DO PROFESSOR ADJUNTO I NO APOIO AO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	210
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROFESSOR ADJUNTO I	219
DESENVOLVIMENTO INFANTIL E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	219
DIMENSÃO COGNITIVA.....	219
DIMENSÃO AFETIVA	220
DIMENSÃO CORPORAL	221
DIMENSÃO LINGÜÍSTICA.....	221
DIMENSÃO SOCIAL, ÉTICA E ESTÉTICA.....	221
LUDICIDADE	222
IMAGINAÇÃO; MOVIMENTO; MÚSICA; ARTES VISUAIS; LITERATURA INFANTIL; ORALIDADE; NARRATIVAS; BRINCADEIRAS SIMBÓLICAS; CULTURA DA INFÂNCIA	223
ALFABETIZAÇÃO E ENSINO DA LÍNGUA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS.....	229
PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA.....	229
SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA	230
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA.....	230
LEITURA LITERÁRIA E NÃO LITERÁRIA.....	232
PRODUÇÃO TEXTUAL	233
ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTEXTUALIZADA.....	233

MEDIAÇÃO DOCENTE, SONDAgens, ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO E INTERVENÇÃO DIANTE DAS DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA	234
■ MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS	235
MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	236
RACIOCÍNIO LÓGICO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	237
PENSAMENTO MATEMÁTICO E FORMAÇÃO CIDADÃ.....	238
MATEMÁTICA NO COTIDIANO	239
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO.....	240
■ CIÊNCIAS DA NATUREZA NOS ANOS INICIAIS	241
■ CIÊNCIAS HUMANAS NOS ANOS INICIAIS.....	243
■ ARTE, CORPO E MOVIMENTO.....	252
■ IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS	254
TRABALHO COLABORATIVO COM FAMÍLIAS E EQUIPE ESCOLAR.....	256
■ RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.....	257
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS	263
■ LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS.....	263
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES MUNICIPAIS	263
EDUCAÇÃO.....	270
■ LEI MUNICIPAL N.º 4.623/1984 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS, COM ALTERAÇÕES POSTERIORES.....	272
■ LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 752/2012 – ESTATUTO E PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTOS, COM ALTERAÇÕES POSTERIORES, INCLUSIVE LEI COMPLEMENTAR N.º 1.267/2024	293
■ LEI MUNICIPAL N.º 3.914/2021 – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTOS – DECÊNIO 2021/2031, COM RELATÓRIOS E ATOS DE MONITORAMENTO VIGENTES	314
■ CURRÍCULO SANTISTA – DOCUMENTO CURRICULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTOS, BASEADO NA BNCC E NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL	316
■ REGIMENTO, ORIENTAÇÕES CURRICULARES, PORTARIAS, DELIBERAÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INSTRUÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS NORMAS MUNICIPAIS VIGENTES APLICÁVEIS À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS.....	320

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

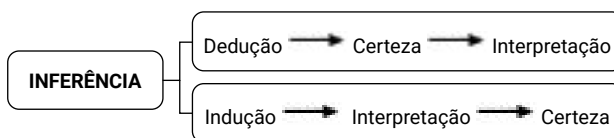
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho

CONHECIMENTOS GERAIS – NÚCLEO COMUM

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

A educação é uma prática social e cultural fundamental para o desenvolvimento humano, sendo vista como o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de uma geração para outra. Os fundamentos da educação baseiam-se em diversas disciplinas, como filosofia, psicologia, sociologia e antropologia, cada uma oferecendo perspectivas diferentes sobre o papel e a finalidade da educação.

No contexto ocidental contemporâneo, a educação é frequentemente concebida sob duas vertentes principais: a educação como um meio de reprodução social e cultural e a educação como um mecanismo de transformação social. A primeira vertente, defendida por autores como Émile Durkheim, vê a educação como um processo essencial para a manutenção da coesão social e a perpetuação da cultura dominante.

A segunda vertente, associada a pensadores como Paulo Freire, considera a educação uma ferramenta de emancipação, capaz de promover mudanças sociais significativas ao questionar e transformar as estruturas de poder existentes.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

As concepções pedagógicas representam as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação, refletindo as visões de mundo, valores e objetivos educacionais de diferentes épocas e contextos socio-culturais. Entre as principais concepções pedagógicas na sociedade ocidental contemporânea, destacam-se algumas que serão abordadas a seguir.

Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional, influenciada por pensadores como Johann Friedrich Herbart, é caracterizada pela ênfase na transmissão de conhecimentos e conteúdos previamente estabelecidos. Esta abordagem considera o professor como a principal fonte de conhecimento e o aluno como um receptor passivo. O foco está no desenvolvimento intelectual por meio da memorização e repetição, com pouco espaço para questionamentos ou para a construção ativa do saber.

Pedagogia Progressista

A pedagogia progressista, defendida por educadores como John Dewey, propõe uma educação centrada no aluno e na experiência prática. Nessa concepção, o aprendizado é visto como um processo ativo, em que o estudante é incentivado a explorar, questionar e participar da construção do conhecimento. A escola é entendida como um espaço democrático, onde se desenvolvem habilidades críticas e colaborativas, preparando os alunos para a vida em sociedade.

Pedagogia Crítica

A pedagogia crítica, amplamente associada a Paulo Freire, é uma concepção que busca conscientizar os indivíduos sobre as desigualdades e injustiças sociais, utilizando a educação como um instrumento de transformação social. Através do diálogo e da problematização, essa abordagem incentiva os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a agirem para mudar a realidade em que vivem.

Pedagogia Tecnológica

A pedagogia tecnológica surge no contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço tecnológico e pela digitalização. Essa concepção valoriza o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo métodos de ensino mais interativos e personalizados. A aprendizagem por meio de plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a educação a distância são características dessa abordagem, que busca adaptar a educação às novas demandas da sociedade globalizada.

FINS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Os fins da educação na sociedade ocidental contemporânea podem ser analisados sob diferentes perspectivas, mas, em geral, estão relacionados ao desenvolvimento integral do ser humano, à preparação para o mercado de trabalho e à formação de cidadãos críticos e participativos.

Desenvolvimento Integral

A educação visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e habilidades que permitem aos alunos se tornarem seres humanos completos e realizados.

Preparação para o Mercado de Trabalho

Na sociedade contemporânea, a educação também é vista como um meio de preparação para o mercado de trabalho. A formação de competências técnicas e profissionais que respondam às demandas do mercado é uma das funções centrais do sistema educacional, especialmente no contexto da economia globalizada e da crescente competitividade.

CONHECIMENTOS GERAIS CONTEXTUALIZADOS AO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO I

EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

A infância como tempo de formação está inserida no contexto da concepção de infância e vem mudando ao longo dos tempos, bem como as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento e aprendizado da criança.

A criança é um ser sócio-histórico que, em contato com o meio, é instigado ao aprendizado. Para Piaget (1975), a construção do conhecimento se dá pela relação do indivíduo com o meio. Assim os seres humanos, inclusive as crianças, são moldáveis e adaptáveis conforme suas experiências e interações.

Na idade média, a criança era considerada um miniadulto, sem inserção a um grupo social, sem acesso à saúde nem disciplina. Ariès (1981) aponta que, no medievo não havia sentimentos para com a infância:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÈS, 1981, p. 156).

Segundo o autor, essa concepção de infância teve mudanças significativas a partir do século XVII, quando começaram a procurar compreender a mente da criança no intuito de aperfeiçoar os métodos educacionais. Ariès (1981) afirma que esse sentimento influencia a educação do século XX.

Dica

O livro *A história social da criança e da família*, de Philippe Ariès, é uma excelente obra para compreender as mudanças das concepções sobre a infância ao longo da história.

De acordo com o glossário do Centro de Referência de Educação Integral, no Brasil, a infância

[...] é compreendida como o período entre o nascimento e a adolescência, por volta dos 12 anos. Há, ainda, uma subdivisão: a primeira infância, que vai dos 0 aos 6, uma fase ainda mais intensa de desenvolvimento e, portanto, de potencialidades. (INTEGRAL, Centro de Referências em Educação, 2018).

A Infância na Legislação

Apresentamos nesse tópico três legislações importantes que protegem o direito da infância: **Constituição Federal** (1988); **Convenção sobre os Direitos da Criança** (1989); e **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Desse modo, na legislação brasileira, a criança pequena é um cidadão que possui direitos fundamentais como o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, para o pleno desenvolvimento de sua personalidade e estes são resguardados.

- **Constituição Federal (1988):** atribui à família e ao Estado garantirem às crianças, entre outros direitos, o direito à educação, de modo que a escola e a família se relacionem em prol do desenvolvimento das crianças e da sociedade;
- **A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989):**

[...] carta magna internacional assinada pelo Brasil em 1990, ‘a criança, em virtude de sua falta maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento.’ (INTEGRAL, Centro de Referências em Educação, 2018).

Dois anos após a Constituição Cidadã, foi aprovada a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, regulamenta o art. 227, da Constituição Federal. O documento elenca as normas gerais da política combate aos casos de violação e risco aos direitos das crianças e adolescentes.

Legislação na Etapa da Educação Infantil

Segundo a Associação Nova Escola (2021), segue os principais marcos legislativos e suas características da Educação Infantil no Brasil, de 1998-2017:

- **Constituição Federal (1988):** estabelece que o atendimento em creche e pré-escola é um dever do Estado e um direito da criança de zero a seis anos de idade;
- **A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996):**

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROFESSOR ADJUNTO I

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a educação infantil como primeira etapa da educação básica: concepções de criança, infância, desenvolvimento, aprendizagem, cuidado, educação integral, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências, brincadeira, interação, escuta, investigação, expressão e participação das crianças; planejamento e organização das experiências na educação infantil: tempos, espaços, materiais, agrupamentos, rotinas, propostas lúdicas e investigativas, documentação pedagógica, observação, registros, portfólios, avaliação sem finalidade classificatória e transição para o ensino fundamental; organização de ambientes que favoreçam autonomia, convivência, expressão, curiosidade e construção de vínculos; ensino fundamental – anos iniciais: alfabetização, letramento, numeramento, oralidade, escuta, leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas, pensamento científico, ampliação de repertórios culturais e progressão das aprendizagens; e planejamento interdisciplinar e sequências didáticas: definição de objetivos, seleção de conteúdos, mediação pedagógica, avaliação, intervenção, replanejamento, recuperação contínua e recomposição das aprendizagens, tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Conhecimentos Gerais Contextualizados Ao Cargo De Professor Adjunto I.

Cordialmente,

Nova Concursos.

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a educação inclusiva na educação infantil e nos anos iniciais; tecnologia assistiva e parceria com o atendimento educacional especializado, tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Conhecimentos Gerais – Núcleo Comum.

Cordialmente,

Nova Concursos.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

DIMENSÃO COGNITIVA

Na construção do conhecimento pelo indivíduo em sua relação com o mundo, encontram-se os processos de **sensação**, **percepção** e **imaginação**, que, assim como os demais processos psicológicos humanos,

desenvolvem-se por meio da experiência da criança no ambiente em que vive e das atividades que realiza em seu grupo social. Vejamos, a seguir, as características de cada um desses processos.

Sensação

Refere-se ao reconhecimento dos estímulos presentes no meio ambiente pelo aparato sensorial humano, ou seja, pelos órgãos dos sentidos. Ela possibilita aos indivíduos informar-se sobre algumas características e propriedades de coisas e fenômenos do meio em que vivem, como a presença de determinadas formas, cores, sons, temperaturas, objetos ou pessoas. O ser humano dispõe, ainda, de outras fontes de captação e identificação de estímulos que lhe permitem, entre outras coisas, ter noção de equilíbrio e desequilíbrio do próprio corpo.

Percepção

Diz respeito ao processo de organização das informações obtidas por meio da sensação em determinadas categorias, que correspondem aos atributos dos estímulos, como forma, peso, altura, distância, tamanho, textura, entre outros. A essas características e propriedades são atribuídos significados, como os conceitos de grande, alto, longe, perto, antes, depois, claro, escuro, barulhento, agudo, rugoso e liso. Tais significados, porém, não são percebidos isoladamente, pois cada objeto, pessoa ou situação com que o indivíduo se defronta é percebido como um todo dotado de sentido.

A percepção integra o sistema dinâmico do comportamento humano e depende de outras atividades intelectuais do indivíduo, ao mesmo tempo em que as influencia. A percepção e o raciocínio são processos que se apoiam mutuamente.

Piaget, embora considere o desenvolvimento perceptual um componente necessário para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, estabelece uma diferença entre **percepção** e **inteligência**. Segundo o autor, a percepção refere-se ao conhecimento que se tem dos objetos ou dos movimentos, obtido por meio do contato direto e atual com eles. A inteligência, por sua vez, possibilita o conhecimento de outros aspectos dos objetos e dos movimentos e subsiste mesmo na ausência de contato direto com eles. Por exemplo, pode-se perceber que uma criança é alta mesmo sem saber exatamente sua altura, notando esse fato apenas ao vê-la ou ao deduzi-lo com base na informação de quantos centímetros ela mede.

Piaget considera, em seus estudos sobre o desenvolvimento perceptivo, que, durante todo o período sensório motor (zero a dois anos), a percepção não se separa da ação: ela é global, sincrética e indiferenciada. O bebê percebe um objeto que já conhece ao reproduzir o gesto que habitualmente emprega ao usá-lo. Gradativamente, por meio do equilíbrio, a criança pequena passa a diferenciar os aspectos mais imediatos do objeto, ou da situação, de outros significados. Assim, passa a agir diante do objeto de forma cada vez mais diferenciada da sua experiência imediata, corrigindo possíveis erros de percepção por meio de ajustes variados, possibilitados por sua estrutura cognitiva. Ou seja, a criança analisa, sintetiza, relaciona e antecipa dados acerca do objeto em questão, avaliando-os.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS

A Lei Orgânica do Município de Santos é a lei municipal fundamental, promulgada em 5 de abril de 1990 pela Câmara Municipal no exercício da autonomia assegurada pelos artigos 29 e 30 da Constituição Federal. Ela funciona como a “constituição do Município”, pois define a organização do ente local, distribui competências, fixa os princípios da Administração Pública municipal e disciplina os servidores, os bens, os serviços públicos e as finanças. Toda a legislação ordinária de Santos deve guardar conformidade com o seu texto.

A norma nasce da descentralização federativa desenhada pela Constituição de 1988, que elevou o Município a ente da Federação e lhe reconheceu autogoverno, auto-organização e autoadministração. Enfrentar a Lei Orgânica é compreender como esse desenho se concretiza em Santos, cidade que reúne porto, área insular e continental e forte estrutura administrativa. Desde 1990 o texto recebeu dezenas de emendas, o que exige atenção redobrada à redação em vigor de cada dispositivo.

Este material percorre os blocos da Lei Orgânica que respondem aos oito tópicos exigidos pelo edital, na ordem em que a própria norma os apresenta. O Título I trata da organização do Município, dos bens, das competências privativa, comum e suplementar e das vedações. O Título IV concentra a administração municipal: os princípios da Administração Pública, as regras de organização e de pessoal, a Guarda Civil Municipal, o regime dos servidores, os atos administrativos, a administração dos bens e as obras e serviços. O Título V disciplina os tributos, as finanças, os orçamentos e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 66. *A administração pública direta, as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, companhias, cooperativas habitacionais e fundações públicas mantidas ou instituídas pelo Poder Público obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.*

O dispositivo é a âncora dos princípios da Administração Pública municipal e vincula não apenas a administração direta, mas também as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou seja, toda a administração indireta. A eficiência foi acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 81, de 2017, alinhando o texto local à Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que a incluiu no artigo 37 da Constituição Federal.

Além do núcleo clássico da legalidade, impessoalidade e publicidade, a Lei Orgânica soma o interesse público como princípio expresso. A legalidade administrativa significa agir somente conforme a lei autoriza, e a impessoalidade impede que o agente use a máquina pública em favor próprio ou de terceiros.

Art. 67. *Para a organização da administração pública direta, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, companhias, cooperativas habitacionais e fundações públicas mantidas ou instituídas pelo Poder Público é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:*

I - os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A nomeação do candidato aprovado obedecerá à ordem de classificação;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, nos casos e nas condições previstos em lei, preferencialmente por servidores estatutários ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, que tenham domicílio eleitoral neste município, há mais de dois anos;

VI - é garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, obedecido o disposto no artigo 8º da Constituição Federal;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - o servidor e o empregado público gozarão de estabilidade no cargo ou emprego, desde o registro de sua candidatura para o exercício de cargo de representação sindical, ou no caso previsto no inciso XXXI deste artigo, até um ano após o término do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave definida em lei;

IX - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para os portadores de deficiências, garantindo as adaptações necessárias para a sua participação nos concursos públicos e definirá os critérios de sua admissão;

X - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XI - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



**GOSTOU DESSA
DEMONSTRAÇÃO?**

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO